



## CAPÍTULO 2

---

### GOVERNO ITALIANO, DIPLOMACIA E ESCOLAS ITALIANAS NO EXTERIOR\*

Patrizia Salvetti

#### A Lei Crispi de 1889

O tema das escolas italianas no Exterior, função e importância que elas tiveram a partir das primeiras décadas do Estado pós-unitário por mais de um século, passando pela época fascista e, depois, pela República, reúne numa única leitura dois setores fundamentais, isto é, a história da escola italiana e a história das instituições italianas no Exterior, em especial, no que se refere à função de ligação entre o Estado italiano e as coletividades italianas no Exterior.

Os motivos da opção do Estado italiano de fazer surgir uma rede de escolas italianas no Exterior não podem ser desvinculados do projeto político de construção de um Estado forte e de uma política externa de poder da qual o Estado italiano recentemente constituído precisava muito: de fato, foi Francesco Crispi, chefe de governo e ao mesmo tempo ministro das Relações Exteriores, apoiador de uma nova “política de emigração” que, em dezembro de 1889, promulgou a primeira lei orgânica sobre as escolas italianas no Exterior.<sup>1</sup> A nova concepção

---

\* Tradução de Cláudia Vanessa de Jesus Loureiro Cescon. Tradutora e Intérprete Comercial Juramentada de Língua Italiana. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais. E-mail: claudialoureiro@hotmail.com

<sup>1</sup> FLORIANI, G. *Scuole italiane all'estero: cento anni di storia*. Roma: Armando Armando, 1974. p. 17-19; GRASSI, F. Il primo governo Crispi e l'emigrazione come fattore di una politica di potenza. In: BEZZA, B. (a cura di). *Gli italiani fuori d'Italia*. Milano: Angeli, 1983. p. 96-99.

nacionalista crispina via a emigração como potencial fator de força da nação e elemento em condições de contribuir para o desenvolvimento do comércio exterior e, portanto, das exportações italianas, principalmente às Américas.

No âmbito desses propósitos expansionistas e nacionalistas, a função das escolas italianas no Exterior, “focos de educação nacional e de sentimento pátrio”,<sup>2</sup> postas sob a direção e o controle do Estado italiano, ia além do objetivo primário da simples instrução básica dos emigrados e dos seus filhos para assumir um significado marcadamente político: a salvaguarda da língua italiana como meio para manter forte a ligação entre os supracitados emigrados e a pátria-mãe e a instrução dos emigrados italianos como instrumento de influência cultural, política e de penetração comercial.

A opção de investir fundos estatais na instrução dos italianos no Exterior não podia não criar alguma perplexidade no interior de um movimento operário como o italiano, dividido em várias correntes e tendências que, entretanto, ainda não havia compreendido a entidade e a importância do fenômeno migratório. Um expoente do movimento operário denunciava, portanto, a desastrosa situação do ensino público na Itália, diante da qual a Lei Casati de 1859 e a sucessiva Lei Coppino de 1877 sobre a obrigatoriedade escolar tinha apenas parcialmente resolvido o problema, sendo a evasão escolar altíssima, com 32,6% de analfabetos ainda em 1901.

Não se sabe porque o nosso governo continua mantendo tais escolas [italianas no Exterior] – escrevia o socialista Mariani em 1888, quase como se não soubesse onde pôr o dinheiro, quase como se não houvesse suficiente ignorância e analfabetismo em casa a prover, sem querer agir como rico com países que não têm necessidade alguma nem das nossas ajudas, nem dos nossos subsídios.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Le scuole italiane nelle colonie d’America: circolare del sottosegretario agli Affari Esteri, Abele Damiani, in Ministero degli Affari Esteri. *Annuario delle scuole coloniali per l’anno finanziario e scolastico 1889-1890*. p. 207.

<sup>3</sup> MARIANI, M. Le scuole italiane in America. *Cuore e critica* – Rivista mensile di studii e discussioni di vario argomento, pubblicata da alcuni scrittori eccentrici e solitari, II, n. 11, p.169, ottobre 1888.

Na realidade, as primeiras escolas italianas no Exterior haviam surgido já durante os anos 60 do século XIX, após a Unificação da Itália, mas somente no Levante\* e na bacia do Mediterrâneo: em 1862 em Alexandria, Egito; em 1863, na Tunísia e Constantinopla; em 1864, em Esmirna e Samos; em 1865, em Atenas; em 1866, em Galatz e Sarajevo; em 1868, em Tessalônica. Depois, em 1870, o Ministério da Educação cedeu a competência das escolas italianas no Exterior ao Ministério das Relações Exteriores, designando, porém, um funcionário próprio, de grau elevado, para as competências diretas do Ministério das Relações Exteriores, para que as administrasse e assumisse a responsabilidade pelo andamento didático.

As escolas italianas no Exterior se dividiam em escolas públicas e escolas privadas subsidiadas pelo governo italiano: as primeiras, menos numerosas, situadas no Levante e na bacia mediterrânea, eram inteiramente financiadas pelo governo italiano; as segundas eram escolas privadas laicas ou confessionais, nascidas em associações italianas no Exterior, e recebiam um subsídio do governo italiano desde que se adequassem aos programas e aos métodos didáticos da escola italiana, com um controle da parte dos Cônsules e um controle regular por meio de inspeções ministeriais. Uma circular do subsecretário das Relações Exteriores, Damiani, impunha, de fato, às escolas que recebiam ou pretendiam pedir um subsídio governamental o envio ao governo italiano de um relatório periódico sobre a atividade didática e o número de alunos inscritos.<sup>4</sup>

Naturalmente era o ensino básico, “princípio e fundamento do ensino geral”, a ter maior importância, ao passo que as escolas secundárias\*\* estavam, pelo menos inicialmente, pouco presentes: a tal opção contribuía com o fato de uma boa percentagem dos emigrantes ser analfabeta ou semianalfabeta e, muitas vezes, estar em condições de se expressar somente por meio do dialeto da região de proveniência.

Em 1870, com a tomada de Roma pelo Estado italiano, abriu-se a “questão romana” e, conseqüentemente, a falta de reconhecimento do Estado liberal italiano pela Igreja. Essa situação gerava sérios problemas para as escolas das missões religiosas italianas no Exterior:

---

\* Região da costa mediterrânea de Gaza à Turquia. [N. T.]

<sup>4</sup> DAMIANI, A. Proêmio. *Annuario*, 1888-1889.

\*\* A escola secundária na Itália deste período compreende o ensino do 5º ao 12º anos. Trata-se do período posterior aos quatro anos do ensino elementar e antecede ao Ensino Superior. [N. T.]

caso elas pretendessem usufruir de um subsídio governamental, eram obrigadas a dar, além do ensino, “uma educação liberal e estritamente italiana”, aceitando programas, manuais e inspeções governamentais.

Para terem o título de “régias escolas italianas” no Exterior e serem equiparadas às escolas vigentes na pátria, deviam ter professores laicos, com titulação regular. No que se refere aos custos, exceto as escolas públicas, inteiramente financiadas pelo Estado, “as colônias deverão proporcionalmente contribuir para as despesas necessárias – referia ainda a circular de Damiani – em todos os casos, tais institutos serão pagos”.

Além disso, tolerância e pluralismo eram garantidos pelas próprias normas ministeriais: mesmo dando a preferência a estudantes italianos, podiam ser admitidos alunos de qualquer nacionalidade e religião: “Que o máximo respeito seja garantido – estava escrito ainda na circular Damiani – para toda crença, para as instituições e os costumes locais.” Em especial, no delicado equilíbrio entre garantir aos italianos no Exterior uma escola laica, mas garantir ao mesmo tempo o ensino religioso a quem o solicitasse, a própria circular impunha “que o ensino religioso seja lecionado somente àqueles alunos cujos pais o peçam”.<sup>5</sup>

O problema da laicidade ou confessionalidade da escola italiana no Exterior começa a se manifestar já na promulgação das primeiras normas que a regulamentavam e se prolongará até aos anos 20, na bacia mediterrânea, na Europa e nas Américas.

Também era dada pelo governo grande importância à qualidade dos professores das escolas italianas no Exterior, além de empenho e profissionalismo, dotes morais irrepreensíveis. Em outra circular do subsecretário Damiani, datada de 25 de janeiro de 1890, está escrito, entre outras coisas: “Nas escolas no exterior não basta que o professor seja competente na ação de ensinar e pleno de saber, mas é preciso que, na sua vida pública e privada, dê exemplo de moralidade, de decoro, de discrição e de tolerância.”<sup>6</sup>

Os *Anuários* das escolas italianas no Exterior, publicados pelo Ministério das Relações Exteriores, constituem uma fonte de informação de grande riqueza e interesse para compreender a política escolar no Exterior do governo italiano. O primeiro *Anuário das escolas coloniais – 1888-1889*, pouco tempo precedente à reforma Crispi, referia o número

---

<sup>5</sup> DAMIANI, A. Proemio. *Anuario*, 1888-1889. p. 6-7.

<sup>6</sup> DAMIANI, A. Proemio. *Anuario*, 1889-1890. p. 8.

total de 13 mil alunos, de 64 escolas distribuídas em 43 centros dos seguintes países: Argentina, Brasil, Chipre, Egito, França, Inglaterra, Peru, Romênia, Espanha, Estados Unidos da América, Suíça, Tunísia, Turquia e Uruguai.<sup>7</sup>

O aumento do número das escolas italianas no Exterior após a reforma desejada por Crispi, em 1889, trouxe um aumento, se bem que em medida absolutamente insuficiente, da aplicação dos fundos governamentais a elas destinados. A rubrica “Subsídios às escolas italianas no exterior” passou de 270 mil liras em 1886-1887 a 1.033.710 em 1890-1891. Desse aumento todavia bem pouco foi às sociedades de beneficência e de mútuo socorro que mantinham as escolas italianas no Exterior: as escolas subsidiadas, de fato, continuaram recebendo sempre quantias miseráveis em relação às suas conspícuas exigências.

Após a reforma crispina, as escolas italianas no Exterior aumentaram imediatamente para 98, com mais de 15 mil alunos, dos quais 7 mil italianos e 8 mil, estrangeiros, para, depois, chegar no final do século ao número de 196 escolas. A concentração maior das escolas continuava na África e no Levante – onde contudo a emigração italiana era um tanto quanto escassa – com uma predominância de escolas mantidas por ordens religiosas. A elas se acrescenta uma quarentena de escolas subsidiadas, algumas das quais surgidas espontaneamente nas colônias, inicialmente sem controle do Cônsul e sem vigilância no aspecto didático, primeiramente nos países de nova e maciça emigração, na Europa e na América Latina, em especial em Buenos Aires.

Notáveis problemas derivavam da concorrência entre a escola italiana no Exterior e a escola pública, gratuita e obrigatória, dos países hospedeiros. Na Argentina, em especial, desde os anos 80, começavam a se notar fortes críticas ao “perigo” de nacionalismo representado pelas escolas estrangeiras: o próprio Sarmiento, presidente da República Argentina, coordenou a campanha em favor da escola pública como meio para a assimilação dos imigrantes, que a lei considerava argentinos para todos os efeitos se nascidos em terra argentina, segundo o *jus soli*.

O tema *escolas italianas no Exterior* estava adquirindo sempre maior importância desde o fim do século XIX, em nível nacional. De fato, em Turim, por ocasião da Exposição Geral italiana que ocorreu

---

<sup>7</sup> DAMIANI, A. Proemio. *Annuario*, 1888-1889. p. 3-4.

de abril a outubro de 1898, para comemorar o 50º aniversário do Estatuto Albertino, aconteceu contemporaneamente à exposição uma “Mostra artístico-industrial” dos materiais enviados por muitas escolas italianas de várias partes do mundo.<sup>8</sup> Um júri especial, encarregado de premiar os trabalhos das melhores escolas italianas no Exterior, redigiu três longos relatórios, ratificados pelos dados e informações sobre as várias realidades escolares. Apesar dos dados que chegaram à Itália das escolas italianas no Exterior serem incompletos, para a América Latina foram premiadas as escolas das Sociedades Italianas Reunidas, de Montevidéu, além de algumas escolas do Levante. A “Mostra didática”, definida pelos próprios organizadores como a “Cinderela da Exposição” pelo limitado número de visitantes, nos relatórios nela apresentados, entretanto, surgiram dados e análises interessantes, dos quais emergia aquela que era a abordagem dos governos liberais do fim do século XIX sobre as escolas italianas no Exterior, da questão primária dos objetivos a atingir àquela dos balancetes, da questão dos programas escolares àquela da laicidade ou confessionalidade da própria escola.

As escolas, definidas pelo relator Gorrini como “apóstolos de civilidade e de patriotismo” (p. 18), deviam se tornar veículo de italianidade, com “a função de manter vivo o culto da pátria”. (p. 5). Não menos importante, pelo menos nos objetivos governamentais, era o objetivo da penetração econômica italiana nos países de destino: “As nossas escolas – está escrito no primeiro relatório – visam também a [...], mediante o aumento das trocas, criar novos mercados às nossas indústrias.” (p. 20). Em plena decolagem industrial, o Estado italiano não podia ignorar as preciosas remessas que os emigrados mandavam às famílias que ficaram na pátria-mãe e o mérito ia em grande parte à obra benemérita da escola, que “conseguiu fazer com que o emigrado italiano, que se tornou rico, jamais abandonasse a ideia de retorno e mandasse ano a ano as suas economias para a Itália”. (p. 26).

### **Escola laica ou confessional?**

As divergências e as oposições não demoraram a se manifestar acerca de um tema tão complexo e delicado como o do financiamento às escolas laicas e às escolas confessionais, diante de um conflito não

---

<sup>8</sup> *Le scuole italiane all'estero: relazioni della Giuria dell'Esposizione Generale in Torino del 1898*, com prefácio do Doutor Giovanni Gorrini. Torino: Fratelli Bocca, 1899.

resolvido entre Estado e Igreja que se arrastava desde 1870, ano da tomada de Roma pelo Estado italiano. Em 1901, o Cônsul italiano no Estado de Santa Catarina, no Brasil, Gherardo Pio de Savoia, num relatório apresentado a Villari, presidente da Sociedade Dante Alighieri, acusava fortemente jesuítas e padres de fazerem nas suas escolas italianas no Brasil uma manifestação política contra o Estado italiano.<sup>9</sup>

A situação da escola italiana na cidade de São Paulo, Brasil, não era menos complexa. O Vice-Cônsul da Itália, G. Chiostrri, assim a descrevia numa carta de 1899 endereçada ao Conselho central da Sociedade Dante Alighieri: "Se tu conhecesses a escola italiana de São Paulo e tantos professores quase analfabetos, poderias te convencer de quão baixo seja o nível moral destes nossos compatriotas [...]. O que queres que a esta gente importe a língua italiana, se eles próprios a esqueceram, ou quase?"<sup>10</sup>

Poucos anos depois, em 1906, um episódio aparentemente confinado ao restrito âmbito da comunidade italiana de Alexandria no Egito teve, ao invés, notável ressonância no Parlamento italiano. O caso surgira após os contrastes surgidos na régia escola de Alexandria a propósito de uma disposição do Ministério das Relações Exteriores que obrigava a remover da escola uma placa ali posta pelo centenário do nascimento de Garibaldi, em vista do seu forte conteúdo anticlerical e maçônico. Na resposta que o ministro das Relações Exteriores deu a três interrogações parlamentares sobre o caso, ele reivindicava unicamente ao seu ministério o poder de decidir em relação às escolas, anulando de fato a vontade de autonomia das próprias escolas: "É o Ministério das Relações Exteriores – afirmava Tittoni – que sustenta o peso das escolas; é à dependência do Ministério das Relações Exteriores que a lei põe as próprias escolas e, portanto, a ninguém é lícito pôr placas nos locais escolares sem a autorização do Ministério." No que se referia à "morte do dogma" contido no texto da placa, Tittoni reforçava que a escola italiana no Exterior devia se pôr como laica, mas não como anticlerical: "E quanto ao dogma, eu penso – continuava o ministro – que na escola laica devem ser respeitadas as convicções, tanto daqueles que crêem no dogma, quanto daqueles que nele não crêem."<sup>11</sup>

<sup>9</sup> *Atti della Società Dante Alighieri*. Roma, p. 8-9, dicembre 1901.

<sup>10</sup> Dal Viceconsole d'Italia G. Chiostrri a Sanminiatielli. San Paolo, 16 gennaio 1899. ASDA, fasc. 1899 B1, n. 8.

<sup>11</sup> TITTONI, T. *Sei anni di politica estera (1903-1909): discorsi pronunciati al Senato del Regno ed alla Camera dei Deputati*. Roma; Torino, 1912. p. 315.

Igual risco de “contaminação” clerical nas escolas italianas no Egito era denunciado por L. Biagini, presidente do comitê da Sociedade Dante Alighieri de Alexandria no Egito, que imputava a “traição” da tentativa laica de Crispi à ação do comendador Angelo Scalabrini, a partir de 1896, inspetor-geral e, depois, a partir de 1911, diretor das escolas italianas no Exterior, irmão de Dom João Batista Scalabrini, bispo de Piacenza, fundador de uma congregação de missionários para a assistência religiosa e social dos emigrantes italianos nas Américas. A direção de Angelo Scalabrini, que durará até 1917, cobrindo portanto por mais de duas décadas a gestão do setor das escolas italianas no Exterior, “constituiu uma espécie de monarquia absoluta”.<sup>12</sup> Biagini imputava a Scalabrini “o marasmo que extenuou as escolas régias no Levante e deixou no abandono e na miséria o corpo docente; teria êxito naquela ação de substituição clerical planejada há longo tempo”.<sup>13</sup>

Um entre os numerosos exemplos de dificuldades nas quais se encontravam as escolas italianas no Exterior é dado pelo caso de Patrasso, onde existia uma escola pública italiana: um associado do comitê local da Sociedade Dante Alighieri escrevia à sede central de Roma reivindicando à sociedade a tarefa de defender a laicidade das instituições italianas contra os riscos que derivavam das “ameaçadoras” instituições religiosas. “Como poderão os nossos padres – está escrito na denúncia – ensinar as realizações de Garibaldi, a obra de Mazzini, o mal da Inquisição Papal?”<sup>14</sup>

### **Cônsules e escolas**

As relações entre os representantes do governo italiano que formavam a nova rede diplomático-consular instituída por Crispi e as sociedades italianas no Exterior que haviam fundado e mantinham escolas, subsidiadas ou não pelo governo italiano, não foram sempre privadas de contrastes. Isso vale especialmente para a Argentina, onde os republicanos mazzinianos constituíam o núcleo inicial e mais

---

<sup>12</sup> CIAMPI, G. Le scuole italiane all'estero. In: PELLEGRINI, V. (a cura di). *Amministrazione centrale e diplomazia italiana (1919-1943): fonti e problemi*. Atti del convegno. Certosa di Pontignano (Siena): 26-27 aprile 1985, Ministero degli Affari Esteri; Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1998. p. 119.

<sup>13</sup> *Carta de L. Biagini a Colajanni*. Alexandria: s. d., ma 1905. Erroneamente colocado no Arquivo Histórico Dante Alighieri (doravante: ASDA), 1898 A Doc. AC 5.

<sup>14</sup> *La colonia italiana di Patrasso e la Dante Alighieri*. Patrasso, 13 novembre 1906, ASDA, fasc. 1906 a 20.

consistente das associações de mútuo socorro, que os cônsules desde o início tentaram pôr sob controle, a elas preferindo as mais “neutras” associações de beneficência.

No Brasil nascia em 1903 a proposta de parte do cônsul da Itália em São Paulo, Gherardo Pio de Savoia, de fundar a Dante, ao invés de posteriores comitês da sociedade, um instituto de ensino médio italiano na cidade, uma escola de elite, assim como haviam feito os ingleses, os alemães, os norte-americanos. A proposta, que não podia ser dirigida diretamente ao governo italiano por ser incompatível com as leis do Brasil, fornecerá a base para constituir, dez anos depois, a primeira e única experiência desse tipo para a Dante, que recebeu para tal fim um financiamento extraordinário do Ministério das Relações Exteriores, e que será para ele motivo de orgulho e vantagem nas décadas sucessivas, apesar dos numerosos problemas que a iniciativa comportará. “São os italianos mais ou menos abastados, residentes nas cidades, aqueles que não sabem onde bater a cabeça para instruir os seus filhos convenientemente e italianamente.”<sup>15</sup> O objetivo de criar no Brasil uma classe dirigente de origem italiana, que exercitasse o seu *management* também fora da colônia italiana e ao mesmo tempo fosse de prestígio para a pátria-mãe, estará na base do projeto do Instituto Médio Ítalo-Brasileiro de São Paulo, que terá, nos anos seguintes, um bom funcionamento.<sup>16</sup>

Entre os numerosos episódios de conflito entre representação consular e associacionismo italiano no Brasil acerca das escolas italianas no Exterior, podemos citar a polêmica particularmente vivaz ocorrida entre o cônsul da Itália em São Paulo, Gherardo Pio de Savoia, e o comitê local da Sociedade Dante Alighieri, em 1904. De fato, o cônsul foi acusado pelo presidente do comitê local da Dante, Manzione, numa carta ao presidente da Dante central, Luigi Rava, de ser, com o seu comportamento “antipatriótico”, o principal responsável pelo esfacelamento das escolas italianas em São Paulo, ao passo que o comitê era, por sua vez, acusado pelo cônsul de estar na mão da Maçonaria italiana.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> *Rapporto del Console Gherardo Pio di Savoia*. San Paolo, s. d. ASDA, fasc. 1903 A 10.

<sup>16</sup> Sull'Istituto Medio Italo-Brasiliano (PETRONE, P. Italiani e discendenti di italiani in Brasile: le scuole e la lingua. In: COSTA, R.; DE BONI, L. A. (a cura di). *La presenza italiana nella storia e nella cultura del Brasile*. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. p. 315-317).

<sup>17</sup> *Rapporto di F. Manzione a L. Rava*. San Paolo, 22 marzo 1904, ASDA, fasc. 1904, A 15; “Riservatissima” di G. Pio di Savoia a Marcotti. San Paolo, 8 agosto 1904, ASDA, fasc. 1904, A 15.

Os contrastes entre associações e consulado em São Paulo não diminuíram nos anos sucessivos, ulteriormente complicados pelos frequentes rompimentos internos na colônia: em 1910, por exemplo, o secretário do comitê local da Dante, Pepe, numa carta ao secretário-geral da Dante, Zaccagnini, acusava o cônsul da Itália de não distribuir equitativamente o subsídio governamental, lamentando como eram “mal distribuídos os fundos que deveriam servir para a difusão da cultura e da língua italiana”; “aqui em São Paulo as escolas italianas – continuava Pepe – vão perdendo terreno e são desacreditadas”.<sup>18</sup>

Impressiona o fato de que o governo Crispi tivesse destinado fundos muito mais conspícuos às escolas públicas italianas na África e no Oriente do que àquelas que estavam surgindo nas Américas e na Europa, onde a emigração italiana era incomparavelmente mais maciça. Pasquale Villari, presidente da Sociedade Dante Alighieri, que tanto esteve envolvido com as escolas italianas no Exterior, assim motivava, um pouco simplesmente, a singular opção de Crispi, devida, na sua opinião, ao caráter particular do estadista siciliano, enquadrando-a na ainda não resolvida questão romana e no clima de concorrência com a Igreja:

Infelizmente ele [Crispi] procedia com ímpeto, sem dar tempo à reflexão. Quando viu que as corporações religiosas, as quais haviam fundado muitas escolas no Oriente, não queriam içar a bandeira nacional, não reconheciam a autoridade do nosso Governo, e preferiam à sua proteção aquela da França, foi naturalmente ignorado. E logo fundou outras escolas com ensino gratuito, totalmente às custas do Estado, com professores e programas do governo, pondo-as ao lado daquelas dos freis, levando a estas os alunos. Mas não pensou que os freis haviam fundado as suas escolas para converter os infiéis, que o italiano era para eles um meio para difundir a fé. Haviam ido, portanto, pôr as escolas onde estavam os Turcos, os Árabes, os Hebreus das mais diversas nacionalidades, não os italianos. [...] E se criou algo que nenhuma outra nação jamais pensou fazer, um sistema de escolas públicas no exterior, sem que as colônias participassem nos custos.<sup>19</sup>

<sup>18</sup> *Lettere di G. Pepe a Zaccagnini*. San Paolo, 4 aprile 1910 e 23 maggio 1910, ASDA, fasc. 1910, A 32.

<sup>19</sup> VILLARI, P. Discorso. XII Congresso della Società Dante Alighieri. *Atti della Società Dante Alighieri*, Roma, p. 9, dicembre 1901.

Diferentemente do nível de empenho que Crispi havia mostrado acerca das escolas italianas no Exterior e do significado político que havia nelas investido, o seu sucessor no governo, Di Rudinì, que foi também ministro das Relações Exteriores no período 1891-1892, redimensionou sensivelmente o programa crispino. Di Rudinì fechou ou cedeu a ordens religiosas algumas escolas abertas *ex novo* ou estatizadas por Crispi, eliminando cerca de 50 delas.

### **A Sociedade Dante Alighieri**

A Sociedade Dante Alighieri foi, no que se refere às escolas italianas no Exterior, a principal instituição colateral ao governo. Realmente, a Dante, desde o seu ato de nascimento em 1889, como está escrito no seu estatuto, “propunha-se a tutelar e a difundir a língua e a cultura italiana fora do Reino (art. 1). Para atingir o seu objetivo, a Sociedade institui e subsidia escolas [...], bibliotecas [...] (art. 2)”.<sup>20</sup>

Na realidade, a Dante não pôde participar diretamente da fundação de escolas italianas no Exterior, ação que só em nível governamental era possível, mas intervinha na gestão de algumas escolas públicas ou subsidiadas, especialmente com bibliotecas, financiamentos e livros, em concordância com o Ministério das Relações Exteriores e com o da Educação.

Em 1896, por ocasião do VII Congresso da Dante, o vice-presidente Nathan propunha limitar as funções da sociedade, de tal modo que ela não devesse se preocupar com os problemas materiais dos emigrantes, mas suprir “de pão moral aqueles que sofrem, pela falta de alimento que os torna italianamente paralíticos”, referindo-se a um programa escolar que devia também ser educativo e cultural.<sup>21</sup>

Diante da opção do ministro Di Rudinì de redimensionar os financiamentos às escolas italianas no Exterior, a Dante manifestou logo o próprio parecer contrário. Além disso, contando no seu interior com, além de uma presença católica, uma forte componente laica, maçônica e hebraica, criticou, pela boca do associado Marinelli, a intenção do ministro de entregar algumas escolas a ordens religiosas, subsidiando, assim, institutos adversos à tradição laica da escola italiana.<sup>22</sup>

<sup>20</sup> Statuto della Società Dante Alighieri. In: SALVETTI, P. *Immagine nazionale ed emigrazione nella Società Dante Alighieri*. Roma: Bonacci, 1995. p. 13.

<sup>21</sup> Intervento. VII Congresso della Società Dante Alighieri *Atti della Società Dante Alighieri*, Roma, p. 8, aprile 1897.

<sup>22</sup> MARINELLI, G. Il Congresso della Società Dante Alighieri. *Atti della Società Dante Alighieri*, Roma, p. 12, luglio 1891.

As divergências entre a Dante e o Ministério das Relações Exteriores sobre a questão da escola italiana no Exterior estavam, entretanto, destinadas a logo desaparecerem, para se encaminharem em direção a uma total identificação de visões: de fato, o comendador De Luca Aprile era, ao mesmo tempo, associado da Dante e diretor-geral das escolas italianas no Exterior pelo Ministério das Relações Exteriores até 1895, como também associado da Dante era o já citado Angelo Scalabrini.

Segundo o pedagogo Giuseppe Lombardo Radice, incansável defensor da laicidade da escola e, portanto, particularmente crítico em relação à opção do Ministério das Relações Exteriores, a responsabilidade pela decadência das escolas italianas no Exterior não era devida somente à redução do balancete, mas à gestão do inspetor-geral Scalabrini, que teria apoiado a escola confessional, “clericalizando”, assim, as escolas italianas no Exterior.<sup>23</sup>

Apesar de a nova lei sobre a emigração de 1901 atribuir maior importância ao fenômeno migratório e reconhecer a necessidade de uma ação de tutela dos emigrantes da parte do governo italiano, os fundos destinados ao balancete para as escolas italianas no Exterior continuavam absolutamente insuficientes em relação às exigências. O número das escolas, especialmente daquelas subsidiadas, continuava crescendo. De acordo com os dados apresentados pelo anuário de 1901-1902, as escolas públicas eram 77, com 14.485 alunos; as escolas subsidiadas eram 352, com 29.233 alunos; 74.277 eram as escolas confessionais ou estrangeiras nas quais se ensinava a língua italiana, com um aumento de alunos em todos os tipos de escola.

As pressões da Dante Alighieri sobre o Ministério das Relações Exteriores deviam se revelar frutuosas em pouco tempo: para o exercício 1905-1906 foram quadruplicados os fundos às escolas italianas no Exterior, inclusive as confessionais. Além disso, a Comissão Parlamentar de Vigilância reconhecia a necessidade de privilegiar as escolas italianas nas Américas, na América Latina em primeiro lugar e, nela, a Argentina.

As escolas italianas no Exterior, entretanto, excetuando-se algumas escolas no Levante e na bacia mediterrânea, permaneciam substancialmente a cargo do associacionismo italiano no Exterior, especialmente na Argentina. É o que defendia também B. Frescura por ocasião da Exposição Internacional de Milão, em 1906, na Mostra dos Italianos no Exterior: “Das 400 escolas subsidiadas pelo nosso governo,

---

<sup>23</sup> LOMBARDO RADICE, G. *Le scuole italiane all'estero: note sulla indecorosa politica della Consulta da Rudinì a Tittoni*. Ortona a Mare: Bonanni, p. 7.

uma terça parte é fundada, mantida, dirigida por Sociedades operárias unidas em federação.”<sup>24</sup>

Ao aumento dos fundos destinados às escolas não corresponde um incremento dos inscritos na escola laica: já no final do século XIX se assistia, por exemplo, na Argentina, a uma diminuição dos inscritos nas escolas coloniais e a um aumento dos inscritos nas escolas salesianas, também coincidindo com uma diminuição de poder da Maçonaria italiana na Argentina e com uma recuperação das instituições católicas locais.<sup>25</sup>

O notável aumento do número de alunos que frequentavam escolas italianas no Exterior acompanhava somente em parte a desproporção entre a população italiana no Exterior, em constante crescimento nas Américas e na Europa, e aquela que frequentava as escolas italianas no Exterior. Segundo o anuário das escolas italianas no Exterior de 1906-1907, as escolas públicas no Exterior, todas situadas na bacia mediterrânea, contavam com 17.140 inscritos, sobretudo nas escolas fundamentais. As escolas coloniais subsidiadas contavam com 49.605 inscritos e estavam situadas principalmente na América Latina e na Europa. Mais uma vez, ao financiar escolas públicas somente na bacia mediterrânea, predominavam no governo italiano – que também aumentou notavelmente na primeira década do século XX os financiamentos no setor – os interesses da política colonial ao invés das exigências de garantir o ensino aos compatriotas no Exterior, lá onde a presença deles era mais maciça, nas Américas e na Europa.

O quanto o problema das escolas era sentido entre os italianos no Exterior emerge também dos relatórios apresentados no I Congresso dos Italianos no Exterior, organizado pelo Instituto Colonial Italiano, em outubro de 1908. Em tal ocasião, em sua apresentação E. Tolomei chegou a defender que “todo italiano que vive no exterior tem o direito e o dever da cultura italiana”. Equiparando o papel da Prefeitura na Itália à colônia italiana no Exterior, as funções de ambos no terreno do ensino deviam ser as mesmas: “Como cabe agora à Prefeitura, da mesma forma cabe à colônia a obrigação do ensino público fundamental.”<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> FRESCURA, B. La Mostra degli Italiani all’Estero a Milano nel 1906. *Bollettino Emigrazione*, Roma, n. 18, p. 102, 1907.

<sup>25</sup> FAVERO, L. Le scuole delle Società Italiane di Mutuo Soccorso in Argentina, 1866-1914. *Studi Emigrazione*, Roma, n. 75, p. 373, 1984; SALVETTI, P. La Massoneria italiana a Buenos Aires. *Italia contemporanea*, Milano, n. 214, p. 56-57, marzo 1999.

<sup>26</sup> TOLOMEI, E. Le scuole italiane all’estero. In: ISTITUTO COLONIALE ITALIANO. *Atti del I Congresso degli Italiani all’Estero (ottobre 1908)*, v. I, Relazioni e comunicazioni, Roma: 1910. p. 429.

No mesmo congresso não faltavam críticas às qualidades profissionais dos professores das escolas italianas no Exterior: B. Frescura, por exemplo, atacava os professores que “teriam mais necessidade de aprender do que de ensinar”.<sup>27</sup> Sobre a recorrente tecla da insuficiente preparação dos professores e da rede de clientelas que os sustentava, um professor italiano de Riberão Preto, no Brasil, G. Fabbretti, numa carta a Villari, presidente da Dante, definia os professores, “sobretudo [como] pessoas pouco instruídas ou analfabetos; mas que [...] encontram o compadre, o cunhado, os conterrâneos cheios de espírito de bairrismo que o louvam como uma pessoa de moral rígida e intransigente”.<sup>28</sup>

### A “Lei Tittoni” de 1910

Um novo projeto de reforma do ministro das Relações Exteriores para as escolas italianas no Exterior teve uma longa e complexa gestação. A comissão ministerial, da qual fizeram parte dois altos expoentes da Sociedade Dante Alighieri, Pasquale Villari e Donato Sanminiatielli, trabalhou no problema das condições econômicas dos professores italianos no Exterior e nos programas das escolas que, no Exterior, segundo o espírito que se queria imprimir à reforma, deveriam ser inseridos nos contextos histórico e cultural da nação hospedeira.

Do trabalho da comissão ministerial nasceu a nova lei orgânica de reorganização das escolas italianas no Exterior, chamada “Lei Tittoni”, do nome do ministro que a promulgou em 1910: era a primeira lei orgânica na matéria após a “Lei Crispi” de 1889, que havia gerado uma certa confusão entre as competências reservadas ao Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Educação. Além disso, a “Lei Tittoni” estabelecia que fosse facultativo o ensino religioso em horário extraclasse, mas confirmava o financiamento às escolas religiosas desde que se submetessem a inspeções governamentais regulares. Na realidade, a atitude benévola do ministério em relação às escolas religiosas derivava também do fato de que, dado o grande número de alunos das escolas geridas por religiosos, a contribuição que eles podiam trazer à ação de tutela da italianidade no Exterior, no campo da educação e da difusão da língua italiana, se tornara insubstituível.

---

<sup>27</sup> FRESCURA, 1907, p. 118-119.

<sup>28</sup> *Carta de G. Fabbretti a Villari*. Riberão Preto, 14 de março de 1901, ASDA, fasc. 1901, A bis, n. 3. Sobre as escolas italianas no Brasil, também (TRENTO, A. *Là dov'è la raccolta del caffè: l'emigrazione italiana in Brasile, 1875-1940*. Padova: Antenore, 1984).

Em continuidade com o seu predecessor, o novo ministro das Relações Exteriores, Antonino de San Giuliano, acerca da laicidade da escola italiana no Exterior, respondia pragmaticamente aos ataques sofridos durante a discussão do projeto de lei na Câmara, sustentando que não era preciso fazer, no Exterior, política nem clerical nem anticlerical, mas adaptar as escolas às exigências da clientela, laica onde a quisessem laica, confessional onde a quisessem confessional, desde que fosse italiana.<sup>29</sup>

A “Lei Tittoni” de 1910, portanto, confirmava substancialmente a precedente disposição – na bacia mediterrânea, escolas públicas; nas Américas, escolas subsidiadas – bem como não acrescentava substanciais modificações à preexistente organização segundo a qual, desde que conservando as disposições do Reino, as escolas no Exterior deviam se adaptar às exigências e às necessidades locais e, ao mesmo tempo, “responder ao fim de ser meio de educação patriótica dos italianos e instrumento de conservação da sua língua”.

Novidade de relevo era a instituição da figura do “professor-agente”, do qual se melhoravam finalmente as condições econômicas e o tratamento jurídico: os professores iriam assumir funções mais amplas que não se limitavam unicamente à didática, mas contemplavam também uma forma de assistência aos emigrantes fornecendo-lhes notícias e conselhos e exercendo, às vezes, funções de agentes consulares.

Com a nova lei se mantinha quase irrisória a contribuição às escolas subsidiadas, que podiam sobreviver somente enquanto eram mantidas pelas associações italianas, como acontecia especialmente na América Latina:

A estas Sociedades de Mútuo Socorro da América do Sul – defendia o ministro Tittoni – eu devo manifestar toda a gratidão do Governo italiano. De fato, são elas que fundaram e mantêm a maior parte das nossas escolas; e os nossos subsídios, espalhados numa área tão vasta, ao invés de serem contribuição real e eficaz para as despesas, devem somente ser considerados como uma contribuição moral e um encorajamento.<sup>30</sup>

<sup>29</sup> *Atti del Parlamento italiano, Camera dei Deputati, sessione 1909-1910, XXIII Legislatura. Discussioni, VIII, p. 9.775-9.790.*

<sup>30</sup> TITTONI, 1912, p. 466-473.

Os números o confirmavam: na América do Sul as escolas subsidiadas eram 377, frequentadas por 24 mil alunos, para as quais o ministério havia destinado, em 1908-1909, somente 130 mil liras em moeda, 50 mil para material escolar e 34 mil para os “professores-agentes”.

O tema *escolas italianas no Exterior* foi amplamente discutido também por ocasião do II Congresso dos Italianos no Exterior, organizado pelo Instituto Colonial Italiano em junho de 1911. A conferência de C. Parlagreco abordava o complexo problema de modo muito crítico: as escolas subsidiadas viviam com privações, apesar da boa vontade das sociedades que as haviam fundado e as mantinham, seja para a concorrência das escolas públicas locais, gratuitas e obrigatórias, seja para aquela das escolas confessionais, especialmente dos salesianos.<sup>31</sup>

O fato de que cursos de língua italiana pudessem ser instituídos gratuitamente nas escolas públicas, pelo menos em algumas grandes colônias italianas, como a de Buenos Aires, de Nova Iorque e de San Francisco na Califórnia, ainda que somente uma pequena percentagem de italianos usufruísse deles, constituía um ulterior motivo para não frequentar escolas italianas pagas.<sup>32</sup>

### **As escolas italianas no Exterior durante o fascismo e na Itália republicana**

A “Reforma Gentile” de 1923 que modificava sensivelmente o ordenamento escolar italiano não acrescentava, entretanto, novidades substanciais à estrutura organizativa das escolas italianas no Exterior: na totalidade, o número de escolas não aumentou de modo significativo e se manteve, em continuidade com as opções precedentes, a predominância de escolas estatais na bacia mediterrânea e na Europa sobre as escolas além-mar, subsidiadas – e condicionadas – especialmente por meio do envio de novos livros didáticos de marca

---

<sup>31</sup> PARLAGRECO, C. Dei modi più convenienti per organizzare e condurre la scuola e tutti gli altri mezzi di cultura italiana all'estero. In: ISTITUTO COLONIALE ITALIANO, *Atti del II Congresso degli Italiani all'Estero (giugno 1911)*. Roma: 1913. p. 1062. Sobre a ação dos salesianos no campo do ensino e da difusão da língua italiana no Exterior (ROSSI, G. Emigrazione e diffusione della lingua italiana: l'opera dei Salesiani dall'espansionismo crispiño al nazionalismo fascista. In: SARESELLA, D. (a cura di). *La lingua italiana nel mondo attraverso l'opera delle Congregazioni Religiose*. Catanzaro: Rubbettino, 2001.

<sup>32</sup> FAVERO, 1984, p. 372-373.

fascista.<sup>33</sup> As modificações legislativas levaram, contudo, gradualmente, a uma maior centralização administrativa e a um sempre maior controle, sobretudo sobre o corpo docente italiano no Exterior<sup>34</sup> por parte do Ministério das Relações Exteriores, por meio da rede consular: Mussolini, que era na época secretário interino de Estado do Ministério das Relações Exteriores, atribuía uma importância fundamental ao setor das escolas italianas no Exterior, entregando a sua direção a funcionários estreitamente ligados ao Partido Nacional Fascista. As escolas italianas no Exterior estavam, assim, perdendo gradualmente a notável autonomia da qual haviam gozado até então, no quadro de um mais amplo projeto de fascistização das colônias italianas no Exterior, frequentemente visto com suspeita pelos países hospedeiros, com o intuito de infundir nos filhos dos imigrantes o orgulho pela pátria-mãe e a vinculação ao seu regime.<sup>35</sup> Não por acaso, significando a ocorrida compenetração entre regime e escolas italianas no Exterior, em 1928, Piero Parini, que fora secretário dos fascistas italianos no Exterior, foi nomeado diretor-geral dos italianos no Exterior e das escolas (Dies).

Uma confirmação da mudança que estava acontecendo nesse sentido se percebeu com a norma que introduzia o ensino obrigatório da religião nas escolas fundamentais públicas no Exterior,<sup>36</sup> com a conseqüente exposição do crucifixo nas salas, norma à qual se adequaram, não sem oposições, as escolas dos comitês exteriores da Sociedade Dante Alighieri.<sup>37</sup> Acabava, assim, a substancial tradição laica das escolas italianas no Exterior e da Dante. Nas escolas italianas secundárias no Exterior, como também na Itália, o ensino da religião foi introduzido somente após a Concordata entre Estado fascista e Igreja, em 1929.

O número de estudantes italianos no Exterior viu um forte crescimento: o “Anuário” das escolas italianas no Exterior para o ano escolar de 1939-1940 relata o número de quase 120 mil alunos, com um empenho financeiro de mais de 66 milhões de liras, compreendidas

---

<sup>33</sup> PRETELLI, M. Il ruolo della storia nei libri di lettura per le scuole italiane all'estero durante il fascismo. *Storia e Problemi Contemporanei*, Ancona, n. 40, 2005.

<sup>34</sup> GIANNANTONIO, L. *Le scuole italiane all'estero*. Roma: Armani, 1935. p. 38.

<sup>35</sup> ORANI, A. *La legislazione fascista sulle scuole italiane all'estero: raccolta delle leggi, decreti, regolamenti e circolari*, illustrata con note e corredata di un Indice cronologico e sistematico. Torino: Paravia, 1928.

<sup>36</sup> Ordinanza del 16 aprile 1924.

<sup>37</sup> SALVETTI, 1995, p. 207-208.

as despesas para os Institutos de Cultura Italiana no Exterior, instituídos pelo governo em 1926.<sup>38</sup>

Em 1940 foi promulgado o *Texto único* das normas legislativas sobre as escolas italianas no Exterior (D. R. de 12 de fevereiro de 1940) que ficou em vigor também nas três décadas sucessivas, até às modificações trazidas pela Lei 153, de 3 de março de 1971. O *Texto único* mantinha uma substancial correspondência entre as escolas italianas no Exterior e aquelas em território nacional, com igual valor legal do título de estudo.<sup>39</sup>

A Itália republicana viu, desde os primeiros anos do pós-guerra, uma maciça retomada dos fluxos migratórios europeus e extraeuropeus. Não houve da parte do governo italiano, na passagem da ditadura à democracia, uma substancial mudança na política escolar e na cultural no Exterior. Os objetivos principais do governo continuaram fundamentalmente dois, porém nem sempre e em todo lugar coroados de sucesso: de um lado, agir para manter viva e ativa a ligação cultural e linguística entre as comunidades italianas no Exterior e a Itália; de outro, tentar satisfazer as exigências dos trabalhadores italianos no Exterior no seu direito de usufruir, sobretudo para os seus filhos, uma adequada organização escolar. Essa devia contemplar uma dupla exigência: a salvaguarda da língua e cultura da sociedade de proveniência e, ao mesmo tempo, a aquisição da língua e cultura da sociedade de chegada, de modo a permitir aos filhos dos emigrantes que se inserirem nela, eliminando, assim, toda possível causa de isolamento do contexto em que estavam vivendo.

As escolas italianas no Exterior são até hoje o principal instrumento para a difusão da língua e da cultura italianas no mundo, ainda que necessariamente renovando métodos e técnicas, adequando-os às diferentes exigências do século XXI.

---

<sup>38</sup> Archivio Storico del Ministero degli Affari Esteri (ASMAE). Roma. Direzione Generale Relazioni Culturali (DGRC), *Archivio Scuole* (1888-1920); (1925-1945); (1936-1945): (buste varie).

<sup>39</sup> STRATA, G. *Scuola italiana e scuola straniera: scuole italiane all'estero*. Romana – Rivista dell'Istituto Interuniversitario Italiano, Roma, n. 1, 1941.

## Referências

- CIAMPI, G. Le scuole italiane all'estero. In: PELLEGRINI, V. (a cura di). *Amministrazione centrale e diplomazia italiana (1919-1943): fonti e problemi: atti del convegno*. Certosa di Pontignano (Siena): 26-27 aprile 1985, Ministero degli Affari Esteri. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1998. p. 115-122.
- DAMIANI, A. Proemio. *Annuario delle scuole coloniali per l'anno finanziario e scolastico*, p. 2-4, 1888/1889.
- DAMIANI, A. Proemio. *Annuario delle scuole coloniali per l'anno finanziario e scolastico*, p. 207, 1889/1890.
- FAVERO, L. Le scuole delle Società Italiane di Mutuo Soccorso in Argentina, 1866-1914. *Studi Emigrazione*, Roma, n. 75, p. 343-380, 1984.
- FLORIANI, G. *Scuole italiane all'estero: cento anni di storia*. Roma: Armando Armando, 1974.
- FRESCURA, B. La Mostra degli Italiani all'Estero a Milano nel 1906. *Bollettino Emigrazione*, Roma, n. 18, p. 101-105, 1907.
- GIANNANTONIO, L. *Le scuole italiane all'estero*. Roma: Armani, 1935.
- GRASSI, F. Il primo governo Crispi e l'emigrazione come fattore di una politica di potenza. In: BEZZA, B. (a cura di). *Gli italiani fuori d'Italia*. Milano: Angeli, 1983. p. 45-100.
- GORRINI, G. (a cura di). *Le scuole italiane all'estero: relazioni della Giuria dell'Esposizione Generale in Torino del 1898*. Torino: Fratelli Bocca, 1899.
- LOMBARDO RADICE, G. *Le scuole italiane all'estero: note sulla indecorosa politica della Consulta da Rudinì a Tittoni*. Ortona a Mare: Bonanni, 1910.
- MARIANI, M. Le scuole italiane in America. *Cuore e Critica* – rivista mensile di studii e discussioni di vario argomento, pubblicata da alcuni scrittori eccentrici e solitari, II, n. 11, p. 163-171, ottobre 1888.
- MARINELLI, G. Il Congresso della Società Dante Alighieri. *Atti della Società Dante Alighieri*, Roma, luglio 1891.
- NATHAN, E. Intervento. VII Congresso della Società Dante Alighieri. *Atti della Società Dante Alighieri*, Roma, aprile 1897.
- ORANI, A. *La legislazione fascista sulle scuole italiane all'estero: raccolta delle leggi, decreti, regolamenti e circolari, illustrata con note e corredata di un índice cronologico e sistematico*. Torino: Paravia, 1928.
- PARLAGRECO, C. Dei modi più convenienti per organizzare e condurre la scuola e tutti gli altri mezzi di cultura italiana all'estero. In: ISTITUTO COLONIALE ITALIANO. *Atti del II Congresso degli Italiani all'Estero (giugno 1911)*. Roma: 1913. p. 1.060-1.081.

PETRONE, P. Italiani e discendenti di italiani in Brasile: le scuole e la língua. In: COSTA, R.; DE BONI, L. A. (a cura di). *La presenza italiana nella storia e nella cultura del Brasile*. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. p. 301-328.

PRETELLI, M. Il ruolo della storia nei libri di lettura per le scuole italiane all'estero durante il fascismo. *Storia e Problemi Contemporanei*, Ancona, n. 40, p. 37-56, 2005.

ROSSI, G. Emigrazione e diffusione della lingua italiana: l'opera dei Salesiani dall'espansionismo crispino al nazionalismo fascista. In: SARESELLA, D. (a cura di). *La lingua italiana nel mondo attraverso l'opera delle Congregazioni Religiose*. Catanzaro: Rubbettino, 2001. p. 43-84.

SALVETTI, P. *Immagine nazionale ed emigrazione nella Società Dante Alighieri*. Roma: Bonacci, 1995.

SALVETTI, P. La Massoneria italiana a Buenos Aires. *Italia contemporanea*, Milano, n. 214, p. 43-66, marzo 1999.

STRATA, G. Scuola italiana e scuola straniera. Scuole italiane all'estero. *Romana* – rivista dell'Istituto Interuniversitario Italiano, Roma, n. 1, p. 48-54, 1941.

TITTONI, T. *Sei anni di politica estera (1903-1909): discorsi pronunciati al Senato del Regno ed alla Camera dei Deputati*. Roma; Torino, 1912.

TOLOMEI, E. Le scuole italiane all'estero. In: ISTITUTO COLONIALE ITALIANO. *Atti del I Congresso degli Italiani all'Estero (ottobre 1908)*, v. I, Relazioni e comunicazioni, Roma: 1910. p. 425-431.

TRENTO, A. *Là dov'è la raccolta del caffè: l'emigrazione italiana in Brasile, 1875-1940*. Padova: Antenore, 1984.

VILLARI, P. Discorso. XII Congresso della Società Dante Alighieri. *Atti della Società Dante Alighieri*, Roma, dicembre 1901.

## Fontes

Archivio Società Dante Alighieri (ASDA)

Dal Viceconsole d'Italia G. Chiostrì a Sanminiati. San Paolo, 16 gennaio 1899. fasc. 1899 B1, n. 8.

Lettera di G. Fabbretti a Villari, Ribeirão Preto, 14 marzo 1901, fasc. 1901, A bis, n. 3.

La colonia italiana di Patrasso e la "Dante Alighieri", Patrasso, 13 novembre 1906, fasc. 1906 A 20.

Lettera di L. Biagini a Colajanni, Alessandria, senza data, ma 1905. Erroneamente collocato in ASDA, 1898 A Doc. AC 5.

Lettere di G. Pepe a Zaccagnini, San Paolo, 4 aprile 1910 e 23 maggio 1910, fasc. 1910, A 32.

Rapporto del Console Gherardo Pio di Savoia. San Paolo, senza data, fasc. 1903 A 10.

Rapporto di F. Manzione a L. Rava, San Paolo, 22 marzo 1904, fasc. 1904, A 15; "Riservatissima" di G. Pio di Savoia a Marcotti, San Paolo, 8 agosto 1904, fasc. 1904, A 15.

Archivio Storico Ministero degli Affari Esteri (ASMAE), Roma, Direzione Generale Relazioni Culturali (DGRC), fondo *Archivio Scuole* (1888-1920); (1925-1945); (1936-1945): (buste varie).

*Atti del Parlamento italiano*, Camera dei Deputati, sessione 1909-1910, XXIII Legislatura. Discussioni, VIII.

*Annuario delle scuole coloniali per l'anno finanziario e scolastico 1888/1889-1889-1890.*